

Acordos são incentivados

Plano Regional de Conciliação realiza audiências com sucesso

Melhoria no atendimento

Postos avançados de Serrinha e do Bela Vista são inaugurados

Processos em ordem

Inspeções processuais reorganizam acervo de ações nas varas

Revista do TRT5

Publicação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

MAIS JUSTIÇA
PARA O INTERIOR
DO ESTADO

EDIÇÃO ESPECIAL
SEIS MESES DE GESTÃO

Foto: Cícero R. C. Omena



Desembargador Presidente

Valtécio Ronaldo de Oliveira

Vice-Presidente

Nélia de Oliveira Neves

Corregedor Regional

Luiz Tadeu Leite Vieira

Vice-Corregedora Regional

Yara Ribeiro Dias Trindade

Juizes Auxiliares da Presidência

Gilmar Carneiro
Ana Paola Diniz

Secretário-Geral da Presidência

Manoel Evangelista Neto

Diretor-Geral

Tarcísio Filgueiras

Assessora-Chefe da Presidência

Thaís Vieira de Oliveira

Assessoramento Administrativo

Luciana Pinto de Aguiar
André Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Redação: Franklin Carvalho,
Lázaro Brito, Valdicéa do Val
e Léa Paula Coury

Edição: Valdicéa do Val

Revisão: Carola Rapp

Projeto gráfico: Marcos Vinicius
e Mauá Moreira (estagiários de
design)

Publicidade: Secom

Coordenação gráfica:

Núcleo Gráfico

Coordenação geral: Léa Paula
Coury

Fotos: Secom

Impressão e acabamento:

Núcleo Gráfico

Tiragem: 300 exemplares

É autorizada a reprodução total ou
parcial desta publicação, desde que
citada a fonte.

Esta edição especial apresenta as principais realizações efetuadas pela Mesa Diretora nos seus primeiros seis meses de gestão. A tônica tem sido a humanização das relações dentro do Judiciário Trabalhista, buscando atender às solicitações de juizes, servidores, advogados e partes.

As ações iniciais foram voltadas para a expansão e o aperfeiçoamento do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), incluindo a renovação do parque de informática, com a distribuição de microcomputadores e impressoras para as varas do interior.

E para aproximar a Justiça do Trabalho dos jurisdicionados mais distantes, o projeto Presidência Itinerante já esteve em sete jurisdições, possibilitando que os interessados em tratar de assuntos do Regional pudessem se manifestar pessoalmente em audiência com o presidente. Instalou-se, ainda, um posto avançado em Serrinha e bem-sucedidos mutirões têm sido feitos nas varas do interior por meio do Plano Regional de Conciliação.

Houve investimentos também na infraestrutura física do Tribunal, com a formalização de cessão de áreas, em Itabuna, Itaberaba e Conceição do Coité, e de apoio à construção de novas sedes em Ipiaú e Brumado. Em Itapetinga as obras de construção da nova sede estão avançadas, com previsão de término até o final do ano. Diversas reformas também estão sendo feitas, nas cidades de Ilhéus, Simões Filho e Itamaraju.

Mais qualidade de vida, bem-estar e acessibilidade têm sido destaque também, com a volta reformulada da Ginástica Laboral; a campanha Pode Pausar, que incentiva a necessidade da pausa nas atividades repetitivas; o projeto Humanizar é preciso, em que se acolhem os aposentados e os pensionistas em oficinas culturais, promovidas na época do cadastramento; e a realização do 1º Encontro de Acessibilidade, que contou com palestras esclarecedoras e apresentações artísticas.

Sumário

Entrevista com o Presidente	03
Entrevista com o Corregedor	05
Descentralização	06
Artigo	12
Entrevista com a Juíza Ana Paola	14
Processo Eletrônico	16
Pessoas	17
Cidadania	20
Sociais	25

O presidente do TRT5, desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, faz uma avaliação das condições gerais do trabalho no Brasil e comenta sobre os 6 primeiros meses de gestão à frente da Presidência.



Como o senhor avalia o trabalho hoje no Brasil?

Entendo que o homem é o mesmo através dos séculos, ou seja, visa sempre ao lucro pelo lucro, tanto que, em pleno século XXI, ainda perdura o regime de escravidão e a exploração do trabalho infantil e da mulher. Existe a busca pela redução dos acidentes de trabalho, que são aspectos nocivos ao trabalhador. Mas, em relação ao labor, e ainda que pesem as adversidades da vida, é o trabalhador que constrói o país. O capital e o trabalho são irmãos siameses, estão interligados e unidos entre si. Um não pode existir sem o outro. O empresário oferta seu capital para o mundo dos negócios e, em contrapartida, postos de trabalho se tornam disponíveis em todos os *fronts*: na construção civil, no campo, na indústria, no comércio,

no garimpo, exigindo a prestação do trabalho braçal ou intelectualizado, do teletrabalho, do trabalho terceirizado, ou de qualquer outro tipo. Daí porque o trabalhador brasileiro deve ser cada vez mais valorizado, reconhecido.

Como o senhor define a CLT?

A CLT é um marco na história da legislação brasileira. Concebida em um período em que o país era culturalmente rurícola, chegou com o início da industrialização no Brasil. Havia, na época, em 1943, uma exploração muito grande dos trabalhadores, que sofriam com jornadas excessivas, inclusive mulheres e crianças. A norma consolidada veio trazer dignidade para o trabalhador, buscando eliminar a exploração do homem pelo homem. Com isso, fortaleceu os obreiros, que conquistaram jornada de trabalho regulada e mais flexível, o que já ocorria nos países mais desenvolvidos. Nasceram direitos como o intervalo intrajornada, o repouso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro salário e outros direitos básicos antes não reconhecidos.

Como o senhor vê a CLT nesses 71 anos de existência?

A lei estabelece jornada

.....
“Procurei ter como meta a humanização das relações dentro do Judiciário Trabalhista”
.....

ordinária de 8 horas e um salário mínimo que, segundo a Constituição, deve suprir todas as necessidades de transporte, alimentação, moradia, saúde, educação e de lazer. No Brasil o salário mínimo se mostra insuficiente para atender a todas essas demandas. Fala-se muito em flexibilização das leis trabalhistas, mas ao longo desses anos houve uma evolução dos direitos reconhecidos, e cortar o já conquistado é uma involução. Flexibilizar, tirando direitos dos trabalhadores, como férias e décimo terceiro salário, ainda mais quando o 1/3 de férias e as natalinas se calculam com base em um salário pífio, é um retrocesso que não se pode admitir.

Como o senhor avalia sua gestão nesses seis meses?

Eu faço uma avaliação positiva. Desde que me propus a ser presidente do Tribunal procurei ter como meta a humanização das relações dentro do Judiciário Trabalhista. Temos desenvolvido ações positivas e contado com a grande colaboração de magistrados, servidores, e também de advogados, que têm acolhido bem as nossas propostas. A Presidência Itinerante

é projeto que tem sido muito bem avaliado pelos operadores do Direito, servidores e jurisdicionados. Nesses seis meses, já estivemos nas varas de Itabuna, Eunápolis, Porto Seguro, Ipiaú, Bom Jesus da Lapa, Camaçari e Brumado. Pretendemos visitar todas as unidades do Regional, na busca de soluções de problemas. Temos, na medida do possível, atendido a todas as solicitações de juízes, servidores, advogados e partes. Demos continuidade ao trabalho da Central de Execução, criada na gestão da desembargadora Ana Lúcia Bezerra, e ampliada na gestão da desembargadora Vânia Chaves, ampliando a sua concepção para também realizar acordos em processos em fase de execução com a atuação dos magistrados Ana Paola, Ivo Póvoas e Fátima Freire, que coloca em pauta de 20 a 30 processos por dia, de segunda a sexta-feira, totalizando cerca de 130 feitos por semana. O resultado tem sido fantástico, chegando a atingir o percentual de 55% de acordos, amplamente favorável às partes, o que nos incentiva a continuarmos esse trabalho. Também promovemos a eliminação de autos porque há um acúmulo muito grande de processos findos, selecionando tão somente aqueles cujas matérias sejam mais empolgantes e exijam ser guardadas e retidas na memória do Tribunal.

A Presidência Itinerante foi ampliada. Qual o objetivo?

Normalmente nessas visitas levamos parte da equipe, ora o diretor-geral, ora o secretário-geral, a Secom, o diretor de Segurança e outros servidores da Presidência, sendo que, nas varas onde vamos implantar o PJe, há uma necessidade de aumentar o grupo. Em Camaçari fomos acompanhados pela desem-

bargadora Dalila Andrade, gestora de Metas, Cláudia Jorge, diretora da Secretaria da Tecnologia de Informação e de Comunicação, Aldemaro Júnior, de Organização & Métodos, o Núcleo de Manutenção de Projetos, além do Comitê de Saúde para fazermos uma avaliação de como se encontram as dependências das varas na implantação do processo eletrônico ainda este ano.

É uma meta que o PJe-JT até o final da gestão esteja totalmente implantado?

É o nosso objetivo. A desembargadora Vânia Chaves implantou o PJe-JT nas 39 varas da capital e em 10 varas do interior. Nós temos 39 varas no interior e a meta é este ano implantarmos o sistema de processo eletrônico em 20 varas e no próximo ano implantarmos nas demais varas restantes, cobrindo, portanto, todas as unidades judiciárias da Bahia.

Como o Tribunal vem se posicionando em relação às campanhas de prevenção aos acidentes do trabalho?

A nossa Justiça do Trabalho continua atuando à frente no combate ao acidente no trabalho, trazendo ao debate as questões relativas à sua prevenção. Participamos de congressos e promovemos também eventos nesse sentido, junto aos trabalhadores e aos empresários, porque só em 2011 morreram 2.972 pessoas em acidentes no trabalho, um índice muito alto. Nos anos posteriores, 2012 e 2013, houve uma queda nesse número, e a tendência é reduzirmos mais ainda a ocorrência desses sinistros. Para isso, o governo federal e tribunais – não só os do Trabalho, mas todos os tribunais do país – têm o dever, a obrigação de participar de eventos que visem combater o aci-

dente do trabalho, orientando os trabalhadores a usar os EPIs e os empregadores a fornecerem esses equipamentos, atuando, principalmente, na educação e na formação de novos hábitos do trabalhador. Observo que a Arena Fonte Nova foi construída com mais de 3,5 mil trabalhadores e não houve sequer um acidente do trabalho. Temos o orgulho de ter contribuído para esse sucesso. O Tribunal, em parceria com a Amatra5 e junto com o TST, fez um trabalho preventivo, orientando o trabalhador a se proteger contra acidentes.

Vice-Presidência

A vice-presidente, desembargadora Nélia Neves, além de responder pela Presidência nas ausências do presidente, é responsável pela Coordenadoria de Recurso de Revista. No período de 06.11.2013 a 29.04.2014 foram recebidos 6.461 recursos de revista, sendo que foram admitidos 1.372, o que equivale a um percentual de 21,23%. Não admitidos somam 5.089, um percentual de 78,77%. O setor conta com 29 servidores que atuam desde o protocolo, atuação, elaboração de despachos até as revisões e publicações de despachos.



Entrevista com o corregedor Tadeu Vieira

A Corregedoria vem ampliando seu papel de fiscal para o de preventivo. Como esta gestão está pondo em prática tal preceito?

Desde que assumi a Vice-Corregedoria busquei basicamente a prevenção, a uniformidade de procedimentos e principalmente zelar pela celeridade processual, o que é por demais importante na entrega da prestação jurisdicional. Assumi a Corregedoria Regional, abdicando inclusive da possibilidade de exercer a Presidência do Tribunal, porque, após a experiência como vice-corregedor, entendi que eu, particularmente, poderia fazer um trabalho mais profícuo e proveitoso como corregedor.

Com esse foco busco incentivar, promover, reconhecer e felicitar, aplaudindo o trabalho hercúleo dos nossos servidores e magistrados, uma vez que é público e notório o volume de serviço a que são submetidos. É forçoso admitir que, ao lado do caráter preventivo, às vezes torna-se necessária a apuração de fatos e condutas que possam macular a imagem da Justiça do Trabalho, trazidos ao nosso conhecimento, já que a Corregedoria Regional, de forma geral, serve também como um canal entre a população e os servidores e magistrados do 1ª Grau. E, em se tratando de órgão também fiscalizador, a adoção de medidas disciplinares pode ocorrer como consequência lógica.

A nova ferramenta tecnológica, BI, tem sido utilizada de que forma?

A partir deste ano buscamos inovar o procedimento correicional, passando a utilizar as ferramentas como o Sistema de Recursos Humanos, o e-Gestao

e o Sistema de Apoio à Decisão (BI), que nos fornecem dados essenciais para fazer uma “prévia” da correição, facilitando o manejo dos processos. Tanto é assim que a ata da correição, que anteriormente era disponibilizada vários dias após o encerramento dos trabalhos, hoje é entregue de imediato.

Se forem constadas irregularidades na atuação de algum juiz, quais as medidas a serem tomadas?

Quando encontramos qualquer irregularidade buscamos saná-la, de imediato, durante a visita correicional, com indicativos e orientações de caminhos a serem trilhados, o que tem efetivamente contribuído para melhor integração entre a Corregedoria e as unidades jurisdicionais.

Em casos outros, as medidas utilizadas vão do “despacho especial”, que se traduz em determinação de cumprimento e/ou regularização de alguma pendência no processo visto, até a apuração mediante procedimento próprio para encaminhamento ao Tribunal, a quem compete exercer a função punitiva propriamente dita.

Entendo que o diálogo é a forma mais correta de dirimir problemas, por isso mesmo tenho sempre buscado utilizar essa ferramenta nos conflitos existentes. Também indiquei uma juíza de primeiro grau para ocupar a função de “juíza auxiliar” com a finalidade de estreitar ainda mais os laços entre a Corregedoria e a 1ª instância.

Como tem sido a divisão com a Vice-Corregedoria na atuação junto às varas?

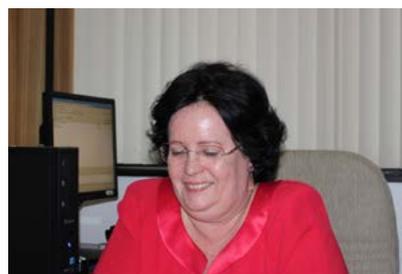


O artigo 59 do Regimento Interno prevê as atribuições do vice-corregedor e entre elas “efetuar correição nas Varas do Trabalho da Região e nos serviços auxiliares do primeiro grau, em situação igual à do desembargador corregedor regional, metade por metade, como acordado entre eles ou definido pelo Órgão Especial”.

No particular, a convivência tem sido harmoniosa, a divisão dos trabalhos correicionais de forma equânime, cada um com sua autonomia, e utilizando seu método de trabalho.

Vice-Corregedoria

A vice-corregedora, desembargadora Yara Trindade, realizou 17 correições nas Varas do Trabalho nos últimos quatro meses de gestão, além dos Núcleos de Apoio de Candeias e de Simões Filho. Foram vistoriadas até abril sete varas em Salvador e 10 no interior.



Atendimento ao interior do estado é reforçado

Reforçar o atendimento da Justiça do Trabalho no interior, eliminando as dificuldades decorrentes da distância física das 49 Varas em relação à sede administrativa da capital, foi um dos compromissos do desembargador Valtécio de Oliveira, assim que tomou posse como presidente do TRT5 há seis meses. O resultado desse compromisso são ações como a Presidência Itinerante, o Plano Regional de Conciliação e a criação de um novo posto avançado em Serrinha. Além disso, todo apoio tem sido dado para iniciativas como audiências fora das sedes, investimentos em infraestrutura e tecnologia.

Presidência Itinerante é ampliada

O Gabinete e a Secretaria da Presidência têm sido periodicamente transferidos para jurisdições no interior do estado, ampliando o alcance do projeto Presidência Itinerante, que já vinha ocorrendo no Fórum do Comércio, em Salvador. De novembro até a primeira quinzena de abril, sete juris-

dições já foram visitadas pela Administração – Itabuna, Conceição do Coité, Porto Seguro, Eunápolis, Ipiaú, Camaçari e Bom Jesus da Lapa.

O deslocamento da Presidência para além dos limites da capital leva em consideração, entre outros aspectos, o art. 115, § 1º, da Constituição Federal, in-

cluído pela Emenda 45/2004, que fomenta a instalação da Justiça Itinerante como medida de aproximação entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados. Nas viagens, o presidente recebe em audiência magistrados, servidores e advogados para tratar de assuntos relacionados ao Regional.





Força-tarefa depura processos arquivados

Varas do interior vêm recebendo apoio de uma força-tarefa para retirar processos já findos que sobrecarregam os seus arquivos. Em Conceição do Coité já foram retirados 9 mil processos. O Setor de Análise Documental (SAD/Meta3), que integra a força-tarefa, separou os autos para eliminação e os enviou para a capital. Em Eunápolis foram quase 20 mil processos. Em abril, Camaçari e Ilhéus recebem a equipe.

Serrinha ganha posto avançado



No dia 24 de janeiro foi inaugurado o Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Serrinha, que está localizado em posição privilegiada no centro da cidade (Avenida Antônio Carlos Magalhães, 116). A instalação atende a uma antiga reivindicação dos ad-

vogados da região, pois a cidade responde por uma expressiva parcela dos processos dirigidos àquela jurisdição.

O posto é uma extensão da Vara do Trabalho de Conceição do Coité e nele podem ser protocolizados documentos, ajuizados no-

vos processos e realizadas audiências periódicas. A unidade conta com a chefia de um servidor do Tribunal e quatro servidores cedidos pela Prefeitura de Serrinha. O mobiliário e equipamentos foram doados conjuntamente pelo município de Serrinha e pelo TRT5.

Conciliação é reforçada com mutirões

O Plano Regional de Conciliação do TRT/BA, coordenado pelo Núcleo de Métodos Consensuais, promove desde fevereiro, com grande sucesso, mutirões de conciliação em diversas varas do interior. São priorizados processos com sentenças em que não cabem mais recursos, com execuções em andamento (fase de cobrança) ou aguardando a iniciativa das partes, o que não impede que outras reclamações trabalhistas, inclusive aquelas em que as decisões ainda não foram proferidas, sejam incluídas nas pautas.

A primeira cidade do interior a receber o mutirão foi a Vara do Trabalho de

Eunápolis, no extremo sul da Bahia, onde foram realizadas 161 audiências no começo de fevereiro. Já em Porto Seguro, aproximadamente 40% dos 68 processos em pauta foram resolvidos, totalizando R\$ 701,9 mil em conciliações, no fim daquele mesmo mês.

Em Barreiras, no período de 17 a 20 de março, um total de 124 audiências das 160 programadas foram realizadas, resultando na conciliação de 69 processos e na movimentação de R\$ 1,5 milhão - o melhor resultado desde que o projeto foi iniciado, no começo do ano.

O Plano Regional de Conciliação permanecerá funcionando durante todo o

ano de 2014, com a expectativa de alcançar todas as Varas do Trabalho. Na cidade de Jequié já houve audiências dos dias 7 a 11 de abril. Em Feira de Santana está programada pauta para os dias 12 a 16 de maio e, em Teixeira de Freitas, para os dias 19 a 23 de maio.

Para participar dos mutirões, os interessados na conciliação devem enviar um e-mail para conciliar@trt5.jus.br ou comparecer à Vara do Trabalho, no caso de demandas fora da capital. Em Salvador, o agendamento ocorre por e-mail ou diretamente no Fórum Trabalhista, no Comércio, no Núcleo de Hastas Públicas, que fica no 4º andar.



Vara de Ipiaú faz audiência em Maraú

Em março, a Península de Maraú, no sul da Bahia, recebeu pela primeira vez a Justiça do Trabalho. A região, com uma população de 21 mil habitantes, integra a jurisdição da Vara do Trabalho de Ipiaú, que fica a 117 km de distância e recebeu o segundo maior número de processos de todo o estado em 2013.

Devido à grande dificuldade de acesso ao local, feito na maioria das vezes por barcos e com elevado custo para os cidadãos, o titular de Ipiaú, juiz Firmo Leal, acompanhado do substituto,

juiz José Luiz Paiva, teve a iniciativa de deslocar o atendimento da Vara para lá sempre na última sexta-feira de cada mês. Para isso, contou com a infraestrutura do fórum local do Tribunal de Justiça da Bahia e com o apoio logístico da Administração do TRT5.

No lançamento do projeto, quando 34 audiências foram realizadas, o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, fez questão de estar presente (foto). Também participaram das audiências, o diretor de secretaria Leonardo de Oliveira, e a secretária de audi-

ência, Andréa de Almeida. Os trabalhos contaram ainda com as presenças do procurador Ilan Fonseca, do Ministério Público do Trabalho, do juiz auxiliar da Presidência do TRT5, Gilmar Carneiro, e do secretário-geral, Manoel Evangelista Neto.

A iniciativa repetiu-se com sucesso no último dia 25 de abril e voltará a acontecer nos dias 30 de maio, 20 de junho, 25 de julho, 29 de agosto, 26 de setembro e 28 de novembro. Além das audiências, os juízes também prestam esclarecimentos sobre Direito do Trabalho.

Sedes recebem investimentos

A presença da Administração no interior tem obtido resultados expressivos para a concretização de investimentos na infraestrutura física do Tribunal:

Itabuna e Itaberaba – O presidente do TRT5 tomou providências junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para formalizar a cessão de duas áreas que serão utilizadas pela Justiça do Trabalho. A primeira foi cedida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), com 31 x 33m², localizada ao lado do Fórum de Itabuna, destinada a um



Descentralização

estacionamento. Já a Vara de Itaberaba deverá ganhar nova sede em um terreno de 1.992,51m², situado na Rua Dr. Oman Ribeiro, doado pela prefeitura municipal.

Conceição do Coité – Ao fim do mês de janeiro, a Câmara de Vereadores de Conceição do Coité oficializou a doação do lote de 2.117m² à Justiça do Trabalho para a construção da nova sede da Vara do Trabalho. A doação foi fruto de várias gestões do presidente do TRT5 junto ao prefeito Francisco Assis Alves dos Santos e à classe política coiteense. Em reunião ocorrida em março, no Gabinete da Presidência, o prefeito de

Coité e os representantes da Subseção da OAB de Serrinha, Sabino Gonçalves de Lima Neto e Eustórgio Resedá (presidente e vice-presidente respectivamente), assinaram um requerimento conjunto para solicitar o apoio da iniciativa privada da região para a obra. A mobilização considera a situação deficitária em que se encontra o prédio atual e, principalmente, que não há previsão de recursos no orçamento da União para custeio da construção.

Ipiaú – A Prefeitura de Ipiaú apoia a construção da nova sede da Justiça do Trabalho naquela cidade, providenciando o aterramento do terreno na Avenida Benedito Lessa, que foi doado pelo município. O prefeito Deraldino Araújo acredita que a nova sede da Vara vai valorizar ainda mais a área onde será construída, que está destinada ao centro administrativo da cidade, contando em breve também com a sede da Receita Federal, MP e uma praça.

Itapetinga – A Administração do TRT5 planeja inaugurar, até o final do ano, a nova sede da Justiça do Trabalho em Itapetinga. A obra, que está com as etapas de fundações e montagem da estrutura metálica finalizadas, passa por processo de revisão. O passo seguinte será o acabamento.

Brumado – A Prefeitura realiza a etapa de terraplanagem, de modo a viabilizar o início das obras da nova sede, na Praça Wenceslau Araújo, no bairro Santa Tereza. Os recursos

para a construção, no valor de R\$ 1,75 milhão, já estão garantidos e o processo licitatório para a contratação da construtora já foi concluído.

Ilhéus – Concluído o projeto de reforma, o qual foi submetido e aprovado pelos magistrados daquela unidade. O presidente, pessoalmente, foi a Ilhéus para discutir o projeto. A Administração aguarda descentralização de recursos para a realização da licitação que objetiva a execução do serviço.

Simões Filho – Realizada em abril licitação para a elaboração dos projetos para reforma elétrica do prédio e adaptações para acessibilidade.

Itamaraju – A Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (Caui) e o Núcleo de Manutenção e Projetos concluíram em novembro de 2013 a reforma da sede da Vara do Trabalho de Itamaraju – pintura, limpeza do telhado, correções de infiltração, recuperação civil (muro) e das partes elétrica e hidráulica.

Paulo Afonso – As licitações para desenvolvimento e elaboração dos projetos complementares ocorreram em abril, e a obra tem previsão de início para o segundo semestre de 2014. A área com 2.682,87m², doada em 2012 pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), fica na Rua Tancredo Neves, lote 97, no bairro Alves de Souza, próximo à agência da Caixa.



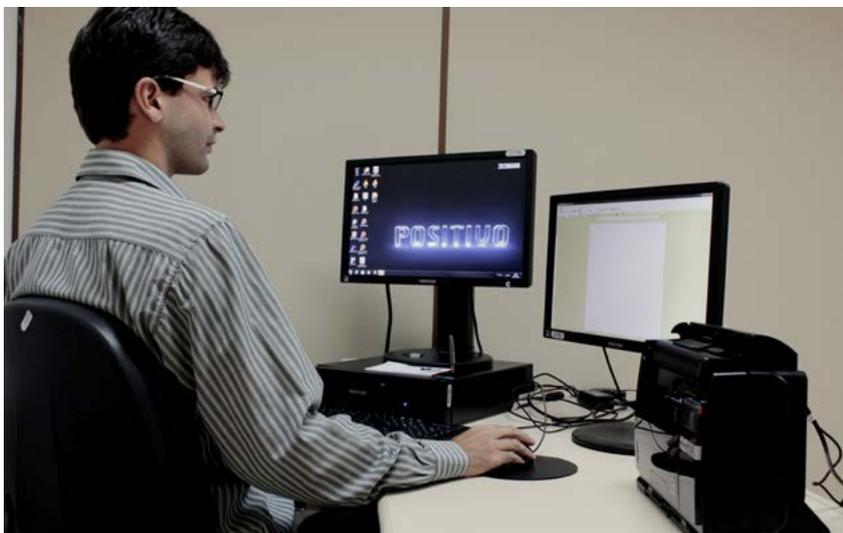
Tecnologia: novos equipamentos são distribuídos

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic) começou a distribuir em janeiro 148 novos microcomputadores e 98 impressoras para as varas do interior, perfazendo um total de 254 aparelhos, que atualizaram o parque de informática. Os equipamentos substituíram os modelos que se encontravam sem garantia ou atenderam demandas de acréscimo de máquinas. Também houve a atualização do servidor de rede e do switch (aparelho de conexão) em todas as jurisdições do interior.

O conjunto de iniciativas teve por objetivo dotar as unidades do interior de infraestrutura necessária para a realização dos serviços e também prepará-las para a expansão do sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Em janeiro, o TRT5 divulgou o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação

e Comunicações (PDTIC), que orienta o planejamento e a execução das ações da Setic. O Plano tem como principais objetivos aprimorar a gestão dos recursos, direcionar os investimentos, assegurar a conformidade com as legislações e normatizações e dar transparência à forma de atuação da área de TI e ao seu valor agregado para a organização.



Cursos para todas as unidades

Os servidores que exercem a função de assistente de juiz de 1º Grau no interior do estado participam, até o dia 26 de maio, do programa de formação continuada promovido pela Escola Judicial (Ejud), por meio de videoconferências com temas diversos. O programa de formação deverá ser transmitido, semestralmente, pela Ejud.

Até 11 de junho, oficiais lotados no interior do estado também serão capacitados com o curso 'Oficial de Justiça - Elementos para a Capacitação Profissional', na modalidade de educação à distância.

Para ampliar o leque de ofertas entre os cursos à distância, a Ejud firmou convênio, em março, com a Associação de Advogados de São Paulo (AASP) para a transmissão de videoaulas e cursos telepresenciais, que acontecem na sede daquela entidade. O convênio dá direito também a duas videoaulas mensais, gravadas, que ficam disponíveis na página da Escola, na internet, durante 15 dias cada uma, e podem ser acessadas de qualquer cidade.

Combate ao trabalho infantil é mais uma meta do TRT-BA



Gestora regional junto ao Comitê Central de Erradicação do Trabalho Infantil, a desembargadora Vânia Chaves, acompanhada da juíza Rosemeire Fernandes, participaram de reunião de alinhamento das ações dos tribunais, em fevereiro deste ano, no Tribunal Superior do Trabalho.

A reunião destacou propostas como a criação de um banco de sentenças e acórdãos sobre o tema; a interação do sistema de acompanhamento processual dos Tribunais Regionais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego; o estímulo à doações para

os Fundos de Proteção da Criança e do Adolescente na declaração do Imposto de Renda; entre outras.

A ex-presidente do TRT5 realizou o 1º Seminário pela Erradicação do Trabalho Infantil em abril de 2013, com auditores fiscais, psicólogos, procuradores do Trabalho e do estado, conselheiros tutelares e magistrados na discussão da problemática e suas possíveis soluções.

A desembargadora Vânia Chaves falou da exploração de meninas, na Bahia, “onde há um verdadeiro flagelo com o registro do maior índice de crianças trabalhando com idade entre 10 e 13 anos como domésticas”.

Veja, a seguir, artigo da desembargadora:

"O trabalho infantil não é uma diversão, não é atividade lúdica nem ocupacional"

Na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em outubro de 2013 em Brasília, 153 nações estiveram presentes, e assinaram a "Declaração de Brasília", documento que visa à adoção de medidas que, em curto prazo, permitam, se não a completa abolição, pelo menos a redução do trabalho de crianças e adolescentes no âmbito das nações signatárias, e engloba uma série de compromissos expostos no referido pacto.

O impulso inicial para a implementação dessas ações já foi dado e tem sido objeto de constante preocupação por parte da OIT, que vem denunciando e combatendo, de forma sistemática, esse triste quadro em todo o mundo. A partir daí, cabe a nós, indistintamente, indagar de que forma podemos contribuir para atenuar os efeitos desse triste cenário, fruto da ignorância, pobreza e da exclusão social. O primeiro passo nessa caminhada e muito importante, é a mudança de paradigmas e crenças. Está seriamente arraigada na cabeça de todos, pais, familiares, responsáveis legais, professores, etc, a ideia de que é melhor a criança trabalhar, a criança ocupada, destinando seu tempo livre a alguma atividade remuneratória do que a criança na rua, exposta aos riscos naturais daí advindos.

Temos que lutar, com urgência, para desmistificar essa crença, esse mito, reiteradamente citado e repetido, de que criança ocupada é criança preservada, é criança protegida. Não é. Faz parte do processo construtivo do ser humano enquanto homem, ser social, exercer atividades lúdicas, o lazer.

O trabalho tira da criança a possibilidade de brincar, de sorrir, de se exercitar,

de gastar energias, de sonhar. O brinquedo estimula o processo criativo, facilita a socialização e a própria percepção de mundo. O trabalho tolhe essa possibilidade, pois trabalho é necessidade, responsabilidade, é compromisso e não faz parte do universo da criança, mas do dos adultos.

É preciso, portanto, que a sociedade em geral, as entidades de classe, bem como magistrados, procuradores, auditores, advogados, educadores, envolvidos ou não com esta temática comecem a se preocupar, a se sensibilizar com a seriedade desse triste quadro. É preciso entender que o trabalho da criança e do adolescente é nocivo à sua saúde mental, prejudicando o seu desenvolvimento natural.

Medidas legislativas estão em vias de ser adotadas, mas, antes disso, é indispensável e necessário uma melhor compreensão do tema, do que ele representa, constituindo uma das piores formas de precarização das relações de trabalho, que resultará, com certeza, no futuro, na precarização de vidas.

Não podemos continuar indiferentes a essa tragédia social. Trata-se de um problema que clama pela nossa intervenção, denunciando, combatendo, rejeitando esse tipo vergonhoso de trabalho, que começa nos lares e se expande pelas ruas, passando para atividades como a venda de drogas, bebidas alcoólicas, indo até a prostituição e a exploração sexual.

Criança tem que ser criança, tem que brincar, tem que sonhar, tem que ter direito à infância. Trabalho não é brinquedo, é necessidade, não é atividade lúdica, nem ocupacional.



A juíza Ana Paola Santos Machado Diniz, auxiliar da Presidência e coordenadora da Central de Execução, concedeu entrevista à Revista do TRT5, abordando assuntos da área judiciária. Veja a seguir:

A atual gestão tem investido na área de execução: por um lado investe em conciliação, por outro aprimora a promoção de hastas públicas. O que levou a esse caminho?

A preocupação com a execução tem sido uma marca do nosso TRT, desde a criação da Central de Execução e Expropriações Judiciais ainda na gestão da desembargadora Ana Lúcia Bezerra, tendo havido, também, por parte da desembargadora Vânia Chaves um

empenho considerável nesse âmbito, contando com a laboriosa coordenação da juíza Angélica Ferreira nessas duas gestões. Os desembargadores Valtércio Oliveira e Tadeu Vieira, por intermédio do Provimento 3/2014, também demonstram que têm sérias preocupações com os nossos índices de congestionamento na execução. Eles acreditam, assim como nós, que o esforço para a aproximação das partes na conciliação, além de promover a rápida solução do litígio, conscientiza o cidadão de que ele pode ter participação ativa na obtenção da solução. Nessa gestão, procuramos apenas expandir um trabalho que já apresentava resultados satisfatórios, porém ainda inadequados à demanda sempre crescente do jurisdicionado. Não temos modificações substanciais na promoção da hasta pública, mas sim ampliação das atribuições da Central de Execução como um todo. Entre elas, algumas relacionadas à substituição e realização de penhora unificada, ao cruzamento de dados e informações entre os processos, à alienação antecipada de bens, à remoção imediata de veículos, entre outros. O propósito é nos unirmos às Varas do Trabalho da capital para garantirmos uma prestação jurisdicional mais rápida.

O Provimento Conjunto nº 3/2014, da Presidência do TRT5 e da Corregedoria Regional, entre outras medi-

das, determina a reavaliação dos bens a cada 36 meses (antes eram 12 meses). Qual o objetivo?

As modificações foram pensadas para dar maior celeridade ao processo na fase final de expropriação judicial. O cenário nacional é de economia estável, portanto, sem substancial modificação no valor de mercado dos bens penhorados, de onde se infere que a reavaliação num intervalo superior a 12 meses não trará prejuízo ao devedor, ao passo que para o credor há vantagem porque abreviará o tempo entre a penhora e a hasta pública unificada. Ressalte-se que a medida não compromete a segurança jurídica porque em situações pontuais cada magistrado pode determinar a reavaliação do bem penhorado, sem qualquer vinculação ao novo prazo de 36 meses. Ademais, ao definir o lance mínimo no leilão, o magistrado que presidir o ato de expropriação poderá fazer os ajustes que julgar necessários.

Agora é admitido o parcelamento no pagamento de bens imóveis de valor expressivo, a critério do juiz que presidir a hasta pública, em até seis meses. Qual o propósito dessa medida?

Também aqui o propósito é promover a rápida solução do processo na execução, facilitando a venda do bem e por um preço mais ajustado à

realidade do mercado. Assim, ganha o credor e minimizamos o ônus da execução para o devedor. O parcelamento é prática no mercado imobiliário e não traz qualquer risco para a execução, uma vez que a carta de arrematação somente será expedida após o pagamento de todas as parcelas. Pode ser uma prática a se consolidar, desde que invistamos na penhora de bens imóveis. Isso pressupõe contornarmos algumas dificuldades para a coleta de informações junto aos Cartórios de Imóveis, o que tende a ser resolvido em curto prazo com a informatização deles.

.....
“O propósito é nos unirmos às Varas da capital para garantirmos celeridade”
.....

Os juízes da Central de Execução, depois do Provimento nº 3/2014, têm a atribuição de julgar os embargos à arrematação, à adjudicação e ações anulatórias decorrentes de atos de expropriação. Isso pode acelerar a execução?

O Provimento objetiva proporcionar uma maior segurança para as partes e para terceiros afetados pelo procedimento de expropriação judicial, a exemplo dos

arrematantes e titulares de bens. A concentração dos julgamentos de matéria conexa à expropriação nos juízes da Central de Execução e Expropriação gera uma natural uniformidade nos entendimentos judiciais e uma maior transparência. Mais uma vez o ganho pode ser a efetividade.

O interior tem sido alvo de novos projetos, como o Plano Regional de Conciliação. Agora, também, antes de cada leilão no interior, estão sendo promovidas audiências conciliatórias. Qual a estrutura montada para isso?

Temos aqui duas ações diferenciadas. A primeira concerne às audiências de conciliação antecedendo os leilões, também no interior, objetivando expandir uma experiência exitosa praticada nos processos da capital. A segunda ação é mais complexa. Nos termos da Resolução 125 do CNJ, cada Tribunal deverá ter um Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que deve desenvolver uma política de conciliação, além de planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento dessa política, entre outras medidas. Já temos esse Núcleo, contudo, até então, com atuação limitada às Semanas Nacionais de Conciliação.

Também compete a esse Núcleo instalar Centros Judici-

ários de Solução de Conflitos e Cidadania. Temos no nosso Regional o Juízo de Conciliação de Segunda Instância (JC2), que equivale a um centro judiciário, cuja atuação é elogiável, mas limitada às conciliações globais, aos processos na 2ª instância e aos precatórios. O desenvolvimento de uma política de conciliação e a criação de mais Centros Judiciários de Conciliação nos moldes definidos pelo CNJ demandam uma estrutura que, infelizmente, ainda não dispomos. Mas, inspirados na energia de trabalho que emana do presidente Valtércio e contando com o seu apoio, decidimos fazer algumas experiências nesse âmbito.

Assim, com o apoio dos demais juízes da Central de Execução, Ivo Póvoas e Fátima Caribé, e também da juíza Débora Rego, que atua no JC2, estamos realizando audiências de conciliação no interior, ao menos uma vez por semana a cada mês e no modelo de pauta dupla, e, semanalmente, em Salvador, no Núcleo de Hastas Públicas (NHP). Batizamos, provisoriamente, esse projeto experimental de Plano Regional de Conciliação e, tenho certeza que, dessa experiência colheremos elementos essenciais para o fiel cumprimento da Resolução 125 e para a definição de uma política de conciliação mais ajustada às necessidades reais do jurisdicionado.

PJe já engloba mais de 60 mil ações

O TRT5 registrou, até o dia 9 de abril, a marca de 57.300 ações no formato de Processos Judicial Eletrônico tramitando em suas Varas do Trabalho. No mesmo mês, foi verificado o total de 2.770 processos tramitando na 2ª Instância do Tribunal. Do total nas Varas, 37.769, aproximadamente 66%, foram distribuídos para as 39 unidades de Salvador, que passaram a usar o sistema em agosto de 2013. O restante tramitava em dez varas no interior da Bahia

(Santo Amaro, duas varas de Candeias, quatro Varas de Itabuna e três Varas de Ilhéus).

RECESSO – No recesso (de 20/12/2013 a 06/01/2014), as 49 varas do TRT5 que operam com o PJe receberam 615 novas ações trabalhistas. O número foi quase oito vezes maior do que aquele apurado no recesso de 2012/2013, quando o PJe era utilizado somente em dez varas do interior.

Esse volume de processos teve origem em um momento

em que, tradicionalmente, a Justiça do Trabalho não recebia ações de rito ordinário em formato físico, ou seja, sem o PJe elas teriam que aguardar o fim do recesso. Com o sistema, cada uma das 49 varas recebeu em média 12,5 ações, distribuídas automaticamente e sem necessidade de autuação.

PJe-JT
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Sistema e normas são aprimorados

Desde novembro de 2013, as pautas de audiências de processos no formato PJe já podem ser conferidas no Portal do TRT5, da mesma forma que ocorria com os processos no formato físico. A divulgação conjunta começou nas telas de TV disponibilizadas nas antessalas do Fórum do Comércio em outubro passado, sendo, em seguida, desenvolvida uma sistemática de publicação automática no Portal. Assim que as audiências são agendadas eletronicamente pelo sistema de PJe, a data, a hora, os números dos processos e as partes são nele divulgados.

No começo de dezembro, um Provimento Conjunto da Presidência e da Corregedoria regulamentou, no Tribunal,

a utilização de arquivos PDF para peticionamento no PJe. No mesmo mês, outro Provimento Conjunto estabeleceu normas para os procedimentos a serem seguidos nas reclamações correicionais relativas aos processos que tramitam no sistema.

GRUPO DE TRABALHO – Dois servidores do TRT da Bahia – Maria Madalena de Brito Cunha, da 2ª Vara do Trabalho de Candeias, e Orocil Pedreira Júnior, do Núcleo de Suporte Operacional – passaram a integrar em março o Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho de 1º Grau (GRPJe/JT1), do Conselho

Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Criado em 2011, o Grupo de Trabalho é composto por quatro magistrados e seis servidores da Justiça do Trabalho, e é responsável pela especificação, implantação e melhoria contínua do Sistema PJe-JT. Entre as atribuições estão as de “propor medidas para a adequação do PJe aos requisitos legais e às necessidades da Justiça do Trabalho de 1º Grau e orientar o Comitê Gestor Nacional do PJe na definição das premissas e estratégias a serem utilizadas no desenvolvimento, homologação, implantação, manutenção e demais ações necessárias à operação do sistema”.

Mais qualidade de vida para magistrados e servidores

A valorização das pessoas (magistrados e servidores) vinculadas ao quadro do Tribunal tem sido outra meta priorizada pela Administração do Tribunal. A continuidade da campanha *Pode Pausar*, o retorno da *Ginástica Laboral*, o *Dia do Servidor* agendado no Gabinete da Presidência, o recadastramento humanizado de aposentados e a disponibilização de agendamento eletrônico para um encontro direto com o presidente são exemplos de ações que cumprem esse objetivo.

Ginástica Laboral volta reformulada

O TRT da 5ª Região retomou, no início de abril, a prática da ginástica laboral, que visa à manutenção da saúde de magistrados e servidores. A atividade, que já foi desenvolvida no Tribunal no período de 2009 a 2012, volta reformulada para atrair mais participação, trazendo elementos de yoga, tai chi chuan e outras práticas desportivas, sempre com repertório variado.

Além de diagnósticos regulares da situação laboral em cada vara ou setor, o projeto inclui a "Escola Postural", com aulas de 20 minutos coordenadas pela fisioterapeuta Fernanda Bamberg, e sessões de ginástica laboral orientadas por educadores físicos. A ginástica pode ser feita sem

a necessidade de roupas ou calçados especiais, exigindo-se apenas 10 minutos de aula da equipe, três vezes por semana.

A "Escola Postural" enfoca temas como ergonomia, postura e anatomia da coluna, exercícios preventivos de lesões e dores, entre outros, com foco na sensibilização e educação postural. Já a ginástica laboral inclui exercícios

respiratórios, de alongamento, de equilíbrio e coordenação motora.

A servidora Daniela Mascarenhas, gestora do Programa de Qualidade de Vida do TRT5, destaca ainda que nos momentos em que as equipes se reúnem para as atividades têm também como resultado positivo a integração do grupo, com o alívio das tensões cotidianas.



Apoio para a campanha Pode Pausar

O presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, e o corregedor regional, desembargador Tadeu Vieira, se sensibilizaram com a campanha Pode Pausar, lançada pelo Comitê de Saúde do Tribunal em outubro de 2013. Eles se comprometeram a divulgá-la durante as suas visitas ao interior.

A campanha, coordenada pelo Comitê de Saúde do Trabalhador (CSTrab), tem o objetivo de difundir a necessidade da pausa nas atividades repetitivas para evitar adoecimento. A

ação tem como base a Portaria TRT5 1904/2008, que, seguindo o previsto na legislação brasileira (NR-17, Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego), regulamenta a pausa durante a jornada de trabalho neste Regional.

A norma estabelece: para servidores e magistrados que executam atividades continuamente repetitivas, fica assegurada a pausa laboral de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (não deduzidos da jornada de trabalho) e o limite máximo de duração



dessas atividades é de cinco horas por jornada de trabalho – no período restante deve exercer outro tipo de atividade.

PODE PAUSAR
Parada obrigatória pela saúde

Para se alongar em pé, flexione um pouco os joelhos. Se sentado, mantenha os dois pés no chão.

Rodar a cabeça devagar, duas vezes para cada lado.

Levantar o braço dobrado até a cabeça. Tocar as costas com a mão. Pressionar o braço no sentido oposto. Segurar por 20s. Fazer 2 vezes para cada lado, alternando.

Cruzar os dedos, estender os braços para a frente, elevá-los, inclinar o tronco para a direita e depois para a esquerda. Manter por 10s. em cada posição. Fazer duas vezes o exercício todo.

Inclinar a cabeça para os lados, tentando aproximar a orelha ao ombro, voltar à posição inicial. Manter por 10s. Fazer duas vezes para cada lado.

Esticar o braço, pressionando-o no peito. A cabeça deve virar para o lado do ombro que está sendo alongado. Depois faça com o outro braço. Manter por 10s. cada lado.

Esticar o braço e puxar a mão em sua direção, segurando todos os dedos, inclusive o polegar. Manter nesta posição por 20s. Repetir duas vezes, alternando cada mão, para cima e para baixo.

Comitê de Saúde do Trabalhador

Aposentado é acolhido no recadastramento

Em 2014, o recadastramento anual de magistrados e servidores aposentados e pensionistas do TRT5 deixou de ser uma obrigação meramente burocrática. De 17 a 27/3, o projeto Junte o Útil ao Agradável proporcionou também momentos de lazer, reencontro com colegas, conforto, cuidados com a saúde e aprendizado. Foram ofereci-

das oficinas de criação de bijuterias, massagem express, fotografia, teatro, inclusão nas redes sociais, scrapbook decor e medição da pressão arterial.

Essa iniciativa fez parte do projeto Humanizar é preciso: Valorização do aposentado e pensionista, da Coordenadoria de Projetos Especiais do TRT5, e contou com o apoio da

Associação dos Servidores Aposentados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (ASA5), da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra) e da rede de mercados Sam's Club. Conta também com a participação da empresa Espaço Infinito – Terapias Integradas, da Lolita Acessórios e da empresa de saúde Vitalmed.



TRT5 participa de debates de interesse da sociedade

Ciente do papel estratégico que a Justiça do Trabalho ocupa na sociedade, a Administração do TRT5 tem abraçado causas que vão além da missão estrita de dirimir conflitos trabalhistas nos processos. Temas como acessibilidade para as pessoas com deficiência, educação e combate ao trabalho infantil permeiam a rotina do Tribunal por meio da promoção de eventos ou da participação em debates promovidos por outras instituições. O TRT5, junto com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), participa ativamente do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Fetipa), e da Agenda Bahia do Trabalho Decente. Além disso, as instituições promovem o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), que leva noções básicas de Direito a escolas públicas.

Juízes vão a campo levar conhecimento

Em novembro de 2013, o juiz Murilo Carvalho Sampaio participou da Caravana do Fetipa (Fetipa Itinerante), que visitou os municípios baianos de Biquira, Ibipitanga e Caturama. Já a juíza Manuela Hermes de Lima, diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Amatra5, participou do Encontro Internacional de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente de Santa Fé, na Argentina.

Em janeiro, a juíza titular da Vara do Trabalho de Itapetinga, Rosemeire Fernandes, integrante da Comissão

Nacional do programa TJC, participou da abertura da Jornada Pedagógica de Itapetinga (BA), que envolveu cerca de 500 pessoas. A magistrada fez palestra sobre o funcionamento do programa, suas fases e conteúdos, além de abrir a possibilidade de os professores opinarem quanto a temas específicos.

Em fevereiro, a desembargadora Vânia Chaves e a juíza Rosemeire Fernandes tomaram parte da 1ª Reunião dos Gestores Regionais do Programa da Justiça do Trabalho de Combate ao Trabalho Infantil de 2014. O

evento foi promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília (veja artigo na página 13).

TJC – Em Feira de Santana, nos meses de março e abril, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) levou juízes, procuradores, advogados e outros agentes públicos a quatro escolas públicas para debaterem com a comunidade o tema do trabalho infantil. A juíza do Trabalho Dorotéia Silva de Azevedo Mota, coordenadora do TJC na Bahia e titular da 1ª Vara de Feira de Santana,

disse que a expectativa é de crescimento do projeto, pois uma nova parceria com a Escola Judicial do TRT5 deve resultar em atividades de capacitação, multiplicação e motivação dos magistrados de todo o Tribunal para atuarem como voluntários no programa. As ações do TJC em Feira de Santana foram um desdobramento do I Seminário de Formação de Professores, ocorrido em agosto do ano passado naquela cidade, quando foram distribuídas 2.510 cartilhas com a temática do trabalho infantil.



Trabalho decente na Copa

O TRT5 e a Amatra5 assinaram o termo de compromisso pelo trabalho decente na Copa durante a “Oficina de Promoção de Trabalho Decente nos Grandes Eventos – Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos de 2016”.

O evento foi promovido em Salvador pelo Ministério do Trabalho e Emprego e organizado por meio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), com o apoio da

Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As autoridades também se comprometeram a ficar atentas às datas-bases das categorias envolvidas na Copa do Mundo e o presidente do TRT5 informou que a Corte dispõe de instrumentos regimentais para o rápido julgamento de dissídios coletivos, dispensando, inclusive, alguns prazos, em situações mais urgentes

Posto do Iguatemi vai para o Bela Vista

Já está em funcionamento, no horário das 8 às 18 horas, o Posto de Atendimento Avançado da Justiça do Trabalho do Shopping Bela Vista. A unidade oferece, com mais conforto, os mesmos serviços que eram oferecidos na unidade desativada do Shopping Iguatemi (emissão de certidões e recebimento de autos e documentos de processos físicos, além da prestação de informações).

Na nova unidade, o usuário conta com mais espaço, melhor refrigeração, mobiliários e equipamentos mais modernos. O atendimento também foi melhorado com a adoção de senhas eletrô-



nicas. Para facilitar o acesso dos usuários, o Bela Vista está disponibilizando ônibus gratuito saindo da estação Iguatemi.

A inauguração do novo Serviço de Atendimento

ao Cidadão (SAC), onde está instalado o posto do TRT5, contou com as presenças do governador Jaques Wagner e da vice-presidente do TRT5, desembargadora Nélia Neves, no exercício da Presidência.



Acessibilidade é tema constante

O TRT5 realizou em dezembro de 2013 o 1º Encontro de Acessibilidade, evento que contou com apresentações artísticas, testemunhos e palestras esclarecedoras, como a da desembargadora Maria das Graças Boness. Na abertura do Encontro, realizado na Sala de Sessões do Pleno, o presidente do Tribunal, desembargador Valércio de Oliveira, destacou a necessidade de afastar a ideia preconcebida de que deficiências impedem a eficiência. Em reunião prévia, a Comissão de Acessibilidade já havia apresentado ao magistrado sugestões para o aprimoramento da acessibilidade nos prédios do Regional.

Também em dezembro, crianças de 3 a 12 anos de idade atendidas pela Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia (Apada-Bahia) receberam donativos arrecadados no TRT5 através da campanha *Seja um Amigo Presente*.

A entrega ocorreu durante a apresentação do grupo de percussão Batuque de Surdo, da Apada, no Fórum do Comércio. A parceria do TRT da Bahia com a Apada foi formalizada em agosto



de 2012, através de um convênio que possibilitou a contratação de 25 profissionais com deficiência auditiva, para prestação de serviços ao Setor de Digitalização.

O TRT5 também promove audiências com o auxílio de um perito, tradutor e intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais, sempre que necessário.



Mais de 46 mil processos examinados e 11 mil baixados ao arquivo



O mutirão de inspeção processual realizado durante 10 dias (de 7 a 18/4) pelo TRT5 trouxe resultados expressivos. Um total de 46.032 processos parados por mais de 90 dias foram examinados e, deste total, 11.465 foram baixados ao arquivo, com visível diminuição na taxa de congestionamento no Regional.

A taxa na execução era de 85,8% no CNJ, de acordo com Relatório de Justiça em Números de 2012, agora a projeção é de 76,79%, uma dos mais baixas dos últimos 5 anos, de acordo com a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE).

O diretor da SGE, Márcio Fernando Ribeiro, destaca que “em 10 dias, a produtividade na execução, cresceu até nove vezes”. Isso, considerando-se que em todo o ano de 2013, o TRT5 teve uma baixa de 36.791 execuções, e no período da inspeção, conseguiu-se baixar o equivalente a 33% (um terço) desse volume de processos.

A desembargadora Dalila Andrade, gestora de Metas do TRT5, agradeceu o empenho das varas na Semana de Inspeção e disse que “as metas não são só uma questão de números, mas de humanidade, já que as ações repercutem

em ganhos para a sociedade e também em qualidade de vida para quem trabalha no Judiciário.

A vice-presidente do Tribunal, desembargadora Nelia Neves, informou que a inspeção, juntamente com outros resultados obtidos no cumprimento de metas, serão avaliados também pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho em sua próxima correição no TRT5. Durante a Semana de Inspeção, a magistrada passou em várias varas da capital, juntamente com a desembargadora Dalila Andrade, para acompanhar o trabalho de magistrados e servidores.

Sociais

Novo desembargador no TRT5

O magistrado Paulo Sérgio de Oliveira Sá tomou posse como desembargador do TRT5 no dia 13 de dezembro, promovido pelo critério de antiguidade, preenchendo a vaga deixada pelo então desembargador Cláudio Brandão, atual ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O novo desembargador atua na 4ª Turma do Tribunal.

Oliveira Sá é natural de Aracaju (SE) e formou-se em Di-

reito em 1974, pela antiga Universidade do Estado de Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É especialista em Contratos, Direito Civil e Direito do Trabalho e atuou como advogado antes de ingressar na magistratura. Foi aprovado no concurso para em 1989 e em 1992 foi promovido a titular da então Junta de Conciliação e Julgamento de Teixeira de Freitas, tendo atuado nas 1ª, 12ª e 21ª Varas de Salvador.



Direitos da mulher debatidos na OAB-BA

A vice-presidente do TRT5, desembargadora Nélia Neves participou, em março do Seminário 'Liberdade da Mulher: Pleno Direito ao Corpo?', promovido pela Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher da Seção Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) e pela Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESA).

O evento, que aconteceu no auditório da ESA, no Campo da Pólvora (Nazaré), discutiu aspectos históricos, sociais e legais dos direitos femininos. Atuaram como palestrantes, os advogados Marcelo Ribeiro, Ezilda Melo, Cíntia Barreto e Camila Vasconcelos, além do publicitário Ângelo Dahora.

Comunidades Tradicionais



O TRT5 também foi representado pela vice-presidente, desembargadora Nélia Neves na abertura do II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (IICIDPCT-2014) em março, na Faculdade de Direito da UFBA. O evento, que durou três dias (24 a 26/3), teve o objetivo de proporcionar a troca de conhecimentos sobre as pesquisas acadêmicas e as práticas do desenvolvimento na efetivação de direito dos povos e comunidades tradicionais.

Juiz baiano preside a ANDT

O juiz Rodolfo Pamplona Filho, titular da 1ª Vara do Trabalho de Salvador, é o novo presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho para o biênio

2014/2016. A posse da nova diretoria aconteceu no dia 4/4, na Casa do Comércio, na capital baiana, durante o 10º Colóquio da entidade, que teve como tema Passado, presente e futuro

do Direito do Trabalho. O evento também prestou homenagem à memória dos magistrados baianos Hylo Bezerra Gurgel, Washington Luiz da Trindade e Luiz de Pinho Pedreira da Silva.



Desembargadoras no TST



Desde o dia 17 de março até o dia 30 de junho, a desembargadora Maria Adna Aguiar está atuando como auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. A convocação, que partiu do ministro Ives Gandra, vice-presidente do TST, levou o presidente do TRT5, desembargador Valtécio de Oliveira, a propor

ao Pleno moção de congratulações, que foi unanimemente aprovada no dia 10 de março. No dia 13 de março, a 5ª Turma do TRT5 também aprovou, por unanimidade, moção de congratulações pela convocação. A desembargadora já atuou junto ao Tribunal Superior do Trabalho no período em que exercia o cargo de procuradora do Trabalho.

No dia 28 de abril, o TST indicou em lista tríplice a desembargadora Luíza Lomba para concorrer à vaga deixada pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula. A desembargadora falou da honra em constar na lista, “ainda mais sendo uma nordestina a JT faz parte de mais da metade da minha vida, no qual ingressei com 20 anos de idade”. A magistrada já foi auxiliar judiciário no TRT até passar no

concurso para juíza do Trabalho. “Para mim, fazer parte de uma lista do TST é o reconhecimento do meu trabalho, e agora com atuação em âmbito nacional. “Estou muito feliz com a inclusão da desembargadora Luíza Lomba na lista tríplice do TST. O fato é muito importante para o nosso tribunal. Daí porque devemos todos envidar esforços para que a desembargadora obtenha êxito”, afirmou o presidente do TRT5.



Resgate histórico em Conquista



A vice-presidente do TRT5, desembargadora Nélia Neves participou do evento comemorativo dos 50 anos de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) em Vitória da Con-

quista, em novembro. A desembargadora presidiu a mesa do painel História, memória e acervo da Justiça do Trabalho, além de ter proferido conferência sobre os 70 anos da CLT. O professor Ruy Hermann de Araújo Medeiros, do curso de Direito

da Uesb, fez conferência sobre História e Memória da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, e a professora Rita de Cássia Mendes Pereira falou sobre Direito à Memória e Preservação de acervos da Justiça do Trabalho.



Conciliação já

**Você tem uma ação trabalhista
e deseja conciliar?**

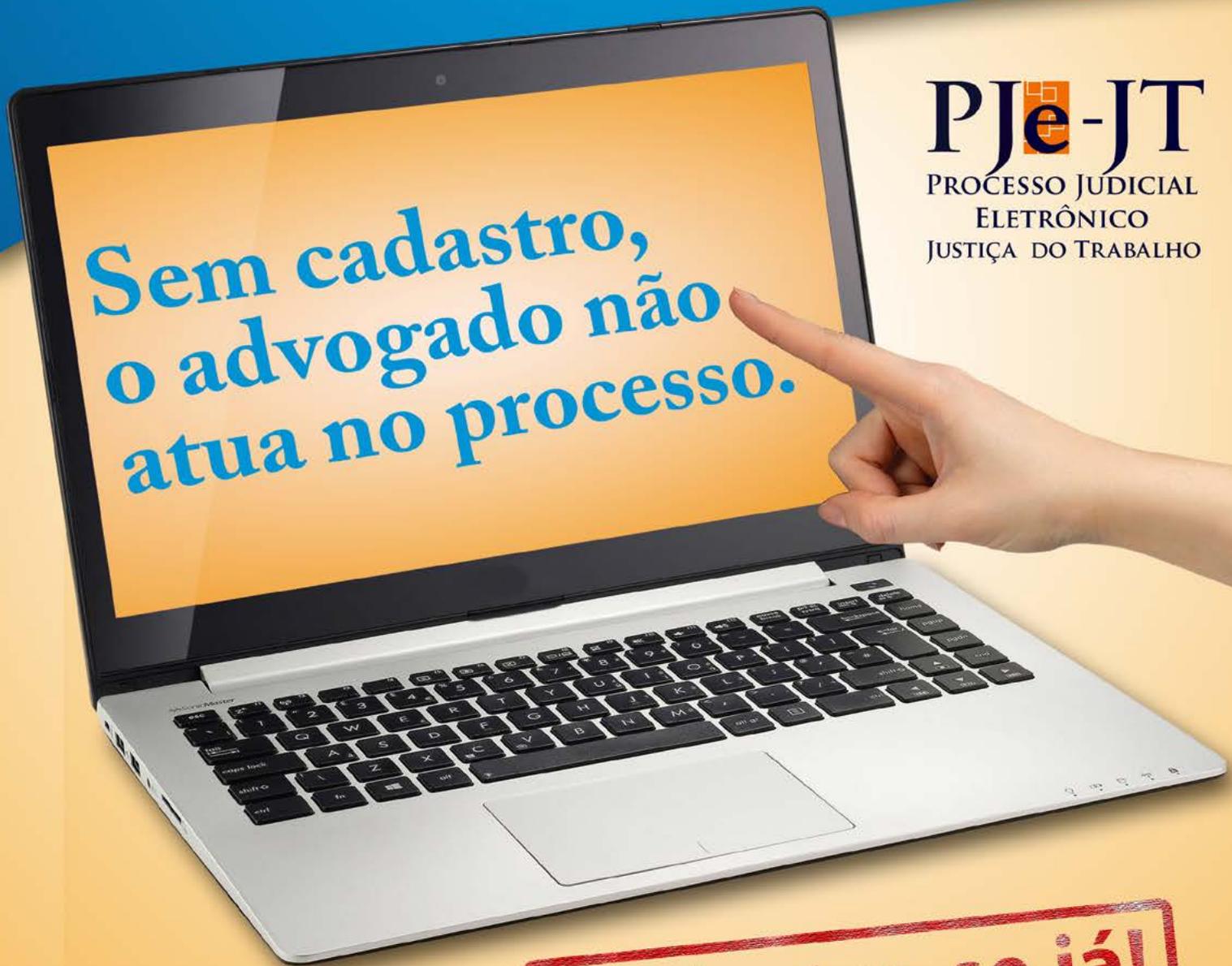
Inscreva-se pelo e-mail conciliar@trt5.jus.br

Na capital, também no Juízo de Conciliação do 1º Grau (JC1),

Forúm do Comércio, 4º andar.

No interior, na Vara do Trabalho.

Advogado, já se cadastrou no 2º Grau ?



PJe-JT
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Cadastre-se já!
www.trt5.jus.br/pje/